



MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN/RS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

**ANÁLISE E JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

**Pregão Eletrônico nº: 41/2021**

**Processo Licitatório nº: 87/2021**

**Objeto:** Registro de preços para futura aquisição de mobiliário destinados as Escolas da Rede Municipal de Ensino e Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

**Recorrente:** Lavs – Indústria e Comércio de Artigos Educativos Ltda Epp

**Recorrente:** Escomóveis Móves Escolares Ltda

**Recorrida:** Alfabrink Comércio de Brinquedos e Serviços Eireli

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa Lavs – Indústria e Comércio de Artigos Educativos Ltda Epp, inscrita no CNPJ sob o nº 11.766.884/0001-06 e pela empresa Escomóveis Móves Escolares Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 05.374.843/0001-71 em razão da habilitação da licitante, Alfabrink Comércio de Brinquedos e Serviços Eireli, inscrita no CNPJ sob o nº 26.865.222/0001-60, no item 19 – Caminhas empilháveis, no Processo Licitatório nº 87/2021, Pregão Eletrônico nº 41/2021.

**I - DA TEMPESTIVIDADE**

Verifica-se a tempestividade e a regularidade dos recursos, uma vez que foram enviados dentro do prazo de 03 (três) dias, conforme estabelecido no art. 44, § 1º do Decreto Federal nº 10.024/2019.

As contrarrazões aos recursos foram apresentadas tempestivamente conforme art. 44, § 2º do Decreto Federal nº 10.024/2019.

**II - DAS RAZÕES DAS RECORRENTES**

**a) Lavs – Indústria e Comércio de Artigos Educativos Ltda Epp:**

A recorrente solicita através do presente recurso a reforma da decisão que julgou vencedora do item 19 – Caminhas empilháveis, a licitante, Alfabrink Comércio de Brinquedos e Serviços Eireli, por apresentar ilegalidades na proposta apresentada.

A recorrente argumenta que a recorrida não está autorizada a comercializar o produto, devido a estar respondendo processo judicial por violação de propriedade intelectual (violação de patente), e que o produto não atende a descrição técnica do edital por não possuir “sistema de fixação entre cabeceira/tela, através de presilha e parafusos”, conforme as razões expostas na peça recursal que faz parte integrante do processo licitatório.

**b) Escomóveis Móves Escolares Ltda**



MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN/RS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

A recorrente solicita através do presente recurso a reforma da decisão que julgou vencedora do item 19 – Caminhas empilháveis, a licitante, Alfabrink Comércio de Brinquedos e Serviços Eireli, por apresentar ilegalidades na proposta apresentada.

A recorrente argumenta que o produto ofertado não atende a descrição técnica do edital por não possuir “sistema de fixação entre cabeceira/tela, através de presilha e parafusos”, conforme as razões expostas na peça recursal que faz parte integrante do processo licitatório.

### III - DAS CONTRARRAZÕES

A recorrida requer que sejam indeferidos os recursos apresentados, considerando que referente ao processo judicial, foi indeferido a antecipação da tutela, estando o processo em andamento. Alega ainda que o produto ofertado atende as exigências do edital, e que é vedado a exigência de produto que não tenha similaridade no mercado, conforme as razões expostas nas suas contrarrazões que faz parte integrante do processo licitatório.

É a breve síntese.

### IV - DA ANÁLISE

Cumprir observar preliminarmente que o procedimento licitatório se realiza mediante uma série de atos administrativos, pelos quais a administração analisa as propostas efetuadas pelos que pretendem ser contratados e escolhe, dentre elas, a mais vantajosa para os cofres públicos. Em razão disso, essa série de atos administrativos sofre controle por parte do poder público.

Da mesma forma, dispõe a Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010).

Assim sendo, a administração deve observar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. O artigo 41 da Lei Federal nº 8.666/93 explicita que “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada”. Este mesmo princípio dá origem a outro que lhe é afeto, qual seja, o da inalterabilidade do instrumento convocatório.

Neste sentido, Hely Lopes Meirelles ensina:



**MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN/RS**  
**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora. (In Licitação e contrato administrativo, 14º ed. 2007, p. 39)

Contudo, o disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

Deve-se utilizar o formalismo moderado, que se relaciona a ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da lei de licitações: busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Nesse sentido, orienta o TCU no acórdão 357/2015-Plenário:

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

Ao contrário do que ocorre com as regras/normas, os princípios não são incompatíveis entre si. Diante de um conflito de princípios (p. ex., vinculação ao instrumento convocatório x obtenção da proposta mais vantajosa), a adoção de um não provoca a aniquilação do outro. Como exemplo, esse raciocínio pode ser percebido nas seguintes decisões do Tribunal de Contas da União:

Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências. (Acórdão 2302/2012-Plenário)

Da análise do edital de licitação, podemos verificar que o subitem 4.3, estabelece que as empresas participantes devem declarar em campo próprio do sistema que conhecem e atendem a



MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN/RS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

todas as regras do edital, e que a falsidade da declaração o sujeitará as sanções legais, a seguir transcrito:

**4.3.** A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração o sujeitará às sanções legais:

**a)** declara para os devidos fins legais que conhece todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que a sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório; (Grifei)

**b)** declara para os devidos fins legais que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**c)** declara para os devidos fins legais, conforme o disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos;

**d)** declara cumprir os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme parágrafo 4º e 5º do art. 26 do Decreto 10.024/2019; (Grifei)

Em consonância com o acima, os subitens 20.6 e 20.6.1, também alertam aos licitantes sobre a importância da fidelidade das informações apresentadas na licitação, *in verbis*:

**20.6.** O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**20.6.1.** A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Corroborando com as exigências dos subitens 4.3, 20.6 e 20.6.1, o item 18 do edital estabelece sanções para o descumprimento das exigências habilitatórias, nestes termos:

**18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**18.1.** Aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, não aceitar a Nota de Empenho, deixar de entregar documentação exigida neste edital, **apresentar documentação falsa**, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta,



MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN/RS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

falhar ou fraudar na execução do ajuste, comportar-se de modo inidôneo, **fizer declaração falsa** ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e seus anexos e das demais cominações legais. (Grifei)

Atentando para o acima exposto e, considerando que o processo judicial mencionado pela recorrente Lavs – Indústria e Comércio de Artigos Educativos Ltda Epp, se encontra em andamento, não havendo sentença proferida ou decisão transitada em julgado, e que, na hipótese de a recorrida perder a ação, poderá ser condenada a indenizar a recorrente pelos direitos de propriedade do produto, não foi encontrado óbice para o Município seguir com a aquisição.

Referente a incompatibilidade da descrição do item com o exigido no edital, apontado por ambas as recorrentes, tenho a considerar que a arrematante declarou que o seu produto atende integralmente as exigências do edital e que se compromete a entregar o produto dentro das condições, quantitativos, especificações e prazos previstos no edital, conforme documento datado de 04 de junho de 2021, assinado de forma digital pelo Sr. Irenildo Neves da Rocha, inserido no sistema Portal de Compras Públicas, conforme cópia em anexo a este despacho.

Vale lembrar que o certame licitatório não representa um fim em si mesmo, mas um meio que busca o atendimento das necessidades públicas. Nas palavras do professor Adilson Dallari: a “licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de edital”.

A Administração não poderá desclassificar a proposta da licitante somente pela desconfiança de que esta não atende as exigências do edital, quando a própria licitante declara que atende, sob pena de estar frustrando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Contudo, se na entrega do produto restar comprovado que este não atende ao exigido, deverá o Poder Público, penalizar a licitante, por descumprimento contratual e declaração falsa ao participar do certame, respeitado o devido processo administrativo.

## V - DA DECISÃO

Pelo exposto, em observância aos princípios da competitividade, do formalismo moderado e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, **CONHEÇO** do recurso apresentado pelas empresas, Lavs – Indústria e Comércio de Artigos Educativos Ltda Epp, e, Escomóveis Móveis Escolares Ltda, tendo em vista a sua tempestividade, para no **MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO**, aos recursos, sendo mantida a habilitação da licitante Alfabrink Comércio de Brinquedos e Serviços Eireli, no item 19 (dezenove) – Caminhas empilháveis.

Sugiro, que seja realizada verificação minuciosa pelos responsáveis pela fiscalização do contrato a fim de verificar se o produto a ser entregue atende integralmente as exigências do edital,



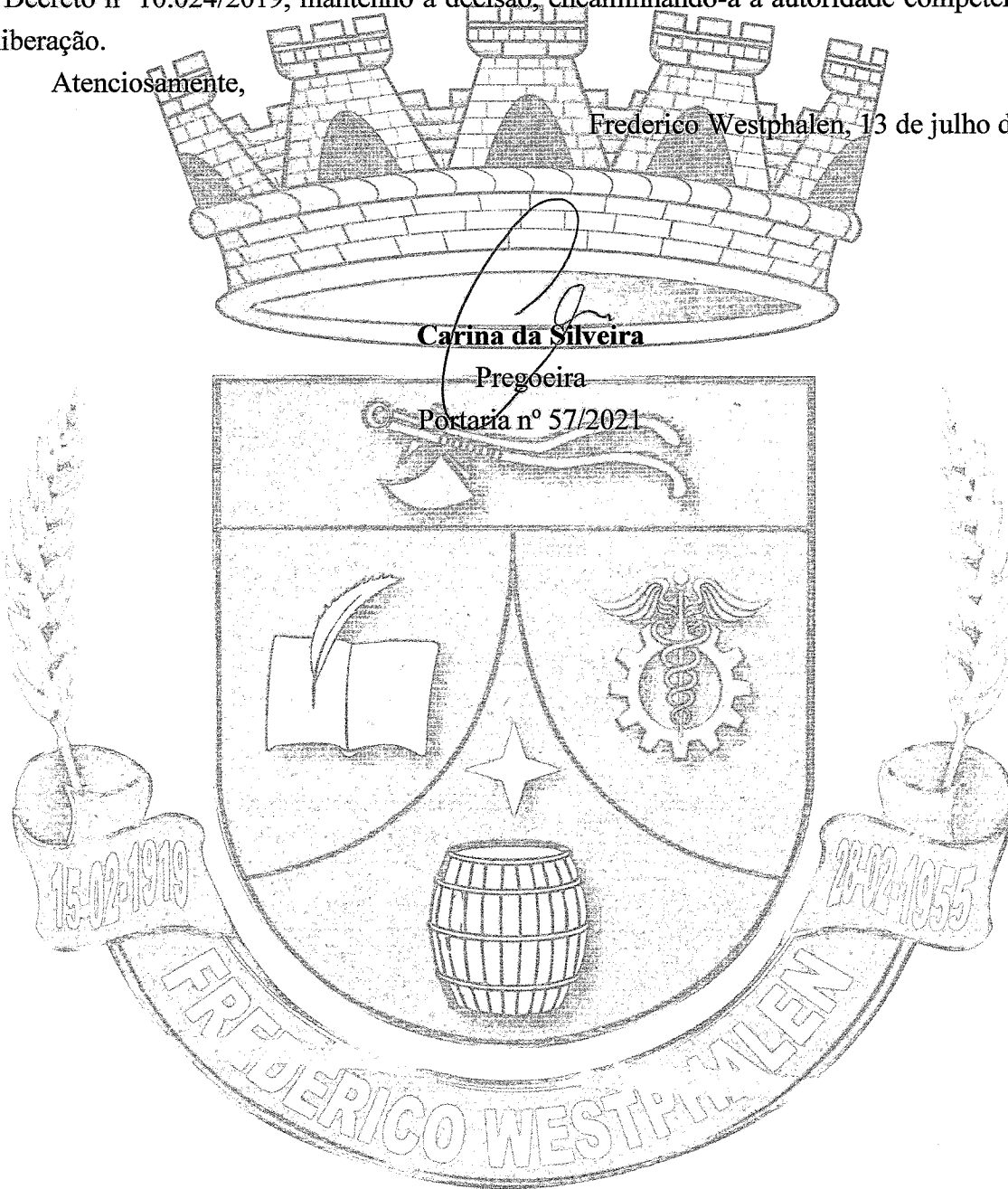
**MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN/RS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

sendo que, se constatado inconformidades, deverá ser recusado o recebimento do produto e encaminhado para apuração dos fatos mediante a instauração de processo administrativo.

Desta forma, nada mais havendo a relatar, em respeito ao art. 13, IV, e art. 17, VII, ambos do Decreto nº 10.024/2019, mantenho a decisão, encaminhando-a à autoridade competente para deliberação.

Atenciosamente,

Frederico Westphalen, 13 de julho de 2021.





**ALFABRINK COMÉRCIO DE BRINQUEDOS E  
SERVIÇOS EIRELI-EPP**

CNPJ: 26.865.222/0001-60 INSC. ESTADUAL 292.063.840.110

E-mail: alfabrink@hotmail.com- Fone (18) 3822-1353

**A**

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN/RS  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 41/2021  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2021**

**Declaramos que:** Nosso produto é de nacionalidade Brasileira

**Declaramos que** os produtos cotados atendem a todas as especificações do Anexo, conforme **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 41/2021 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2021** do Município de Frederico Westphalen estado do Rio Grande do Sul

**Declaramos que:** no preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

**Declaramos que,** se vencedores desta licitação, comprometemo-nos a entregar o objeto dentro das condições, quantitativos e especificações e prazos estabelecidos neste Edital sem a necessidade de aquisição de acessórios ou materiais suplementares;

**Declaramos que,** se vencedores, durante o prazo da vigência da garantia, executaremos toda manutenção necessária, seja preventiva ou corretiva, afim de manter os produtos em perfeitas condições de uso, sem ônus para a Prefeitura.

**VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL:** 90 (Noventa) dias, contados da data estipulada para o certame.

**ENTREGA:** Conforme estabelecido no Edital.

**PRAZO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:** Conforme estabelecido no Edital.

**Condições de pagamento:** Conforme estabelecido no Edital

**Atestamos que para esse produto nossa garantia é de 12 (Doze meses), contados a partir da entrega.**

Dracena - SP, 04 de Junho de 2021

**IRENILDO NEVES DA**

**ROCHA:05879163890**

Assinado de forma digital por

IRENILDO NEVES DA

ROCHA:05879163890

Dados: 2021.06.04 09:54:05 -03'00'

**ALFABRINK COMÉRCIO DE BRINQUEDOS E SERVIÇOS EIRELI-EPP**

**IRENILDO NEVES DA ROCHA**

**PROCURADOR**

**CPF: 058.791.638-90 – RG 18.014.810-2 SSP – SP**





MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN/RS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

## DESPACHO DE JULGAMENTO

**Pregão Eletrônico nº: 41/2021**

**Processo Licitatório nº: 87/2021**

**Objeto:** Registro de preços para futura aquisição de mobiliário destinados as Escolas da Rede Municipal de Ensino e Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

**Recorrente:** Lavs – Indústria e Comércio de Artigos Educativos Ltda Epp

**Recorrente:** Escomóveis Móves Escolares Ltda

**Recorrida:** Alfabrink Comércio de Brinquedos e Serviços Eireli


Diante das razões de fato e de direito expostas pela Pregoeira, em sua manifestação, a qual acolho, com base nos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, e em consonância com o art. 50, V c/c 56, § 1º, da Lei nº 9.784/1999, decido pelo conhecimento dos recursos interpostos pelas empresas recorrentes, LAVS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS EDUCATIVOS LTDA EPP e ESCOMÓVEIS MÓVES ESCOLARES LTDA, para, no mérito, **NEGAR-LHES PROVIMENTO**.

Posto isso, **RATIFICO** o despacho da Pregoeira, sendo mantida a decisão de julgamento da habilitação do Pregão Eletrônico, quanto a habilitação da licitante, ALFABRINK COMÉRCIO DE BRINQUEDOS E SERVIÇOS EIRELI, no item 19 – Caminhas Empilháveis.

Acolho a sugestão da Pregoeira e, **DETERMINO**, que seja realizada verificação minuciosa pelos responsáveis pela fiscalização do contrato a fim de verificar se o produto a ser entregue atende integralmente as exigências do edital, sendo que, se constatado inconformidades, deverá ser recusado o recebimento do produto e encaminhado para apuração dos fatos mediante a instauração de processo administrativo.

Acolho integralmente os fundamentos e as conclusões expostas como razões de decidir.

Frederico Westphalen, 14 de julho de 2021.

  
**José Alberto Panosso**  
Prefeito Municipal